

RESOLUÇÃO Nº 239/2018-CEPE, DE 6 de dezembro de 2018

Aprova adequações no projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade de Educação à Distância (EaD), do campus de Cascavel.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) deliberou, em reunião ordinária realizada no dia, e o Reitor, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

Considerando a Resolução nº 084/2015-Cepe, de 30 de julho de 2015;

Considerando o contido na CR nº 53755/2018

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, conforme o Anexo desta Resolução, adequações no projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade de Educação à Distância (EaD), grau de Tecnólogo, ofertado pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas, do *campus* de Cascavel, aprovado pela Resolução nº 084/2015-Cepe, de 30 de julho de 2015. Ficam revogadas as Resoluções 258/2016/Cepe e 102/2017/Cepe.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Cascavel, 6 de dezembro de 2018

MOACIR PIFFER,

Presidente do Conselho de Ensino,
Pesquisa e Extensão (Cepe) em exercício

. RESOLUÇÃO N° 239/2018-CEPE, DE 6 de dezembro de 2018

I - IDENTIFICAÇÃO

CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA	
CAMPUS: Cascavel	
CENTRO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	
NÚMERO DE VAGAS: a ser definido em cada polo, limitadas a 50 vagas por polo	TURNO: Educação a Distância – EaD
LOCAL DE OFERTA: Polos Credenciados pela UAB	
CARGA-HORÁRIA EM HORAS: 1980	
MODALIDADE DE OFERTA	PRESENCIAL
	X À DISTÂNCIA
GRAU DE CURSO	BACHARELADO
	LICENCIATURA
	X TECNOLÓGICO
INTEGRALIZAÇÃO	Tempo mínimo: 24 meses
	Tempo máximo: 36 meses
FASE EM:	VAGAS: 500
HABILITAÇÃO EM:	VAGAS:
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2018*	

*alteração para 2019 todas as turmas, adequação de legislações e ementas. De acordo com a DAA/Prograd as alterações nas ementas em módulos ministrados não poderão ser modificadas, pois já houve o registro.

II – LEGISLAÇÃO

DE AUTORIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO CURSO (Resoluções COU/Cepe, Parecer CEE/PR, Resolução Seti e Decreto)
Parecer n.º 145/2016-CCSA, do Conselho do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Parecer n.º 356/16-CCC, do Conselho de Campus de Cascavel. Resolução n.º 258/2016-CEPE. Ata de aprovação n.º 002/2018 do NDE-Núcleo Docente Estruturante- do CST em Gestão Pública. Ata de aprovação n.º 003/2018 do Colegiado do CST em Gestão Pública. Parecer n.º . 053/2018-CCSA, do Conselho do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Parecer n.º/2018-CCC, do Conselho de Campus de Cascavel.
DE RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Resolução Seti, Parecer CEE/PR)
BÁSICA (Resolução e Parecer do CNE, do CEE e da Unioeste, as DCN's do curso; e Legislação que

regulamenta a profissão, quando for o caso)

LEGISLAÇÃO UNIOESTE

- a. Regimento Geral da Unioeste;
- b. Lei nº Federal 12.764 de 27 de dezembro de 2012 – Institui a Proteção do Direito da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- c. Resolução 102/2016-CEPE, que aprova Regulamento de Elaboração e Alteração de Projeto Político-Pedagógico de Curso de Graduação na Unioeste;
- d. Lei Federal nº 13.185 de 6 de novembro de 2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying);
- e. Resolução 095/2016-CEPE, que aprova os turnos de oferta, o horário de funcionamento, a duração da aula e define o trabalho discente efetivo nos cursos de graduação da Unioeste;
- f. Lei Federal nº 10.224, de 15 de maio de 2001, introdução no Código Penal e tipificação de crime de assédio sexual;
- g. Resolução 138/2014-CEPE, aprova as diretrizes para o ensino de graduação da Unioeste, revoga a Res. 287/2008-CEPE. Lei nº 12.250, de 09 de fevereiro de 2006. Veda o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas;
- h. Resolução 097/2016-CEPE, que aprova o regulamento da oferta de disciplinas nos cursos de graduação da Unioeste;
- i. Deliberação CCE nº 02 /2016 – dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná Lei CEE Estadual;
- j. Resolução 385/2008-CEPE, Regulamento Geral de Estágio Supervisionado dos Cursos de Graduação;
- k. Parecer nº 8 de 6 de março de 2012 – CNE/CP. Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012 - CNE/CP Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Deliberação 02/2015 – CEE que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema de Ensino do Paraná Lei Federal e Estadual;
- l. Resolução nº 304/2004-CEPE, Regulamento Geral de Trabalho de Conclusão de Curso;

- m. Resolução nº 099/2016-CEPE, que aprova o regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares;
- n. Resolução nº 034/2000-COU, critérios para elaboração e a determinação do índice de Atividade de Centro;
- o. Res. 317/2011-CEPE, institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE), nos cursos de graduação;
- p. Resolução nº 093/2016-CEPE, que Regulamenta o Sistema de Gestão Acadêmica – Academus, dos cursos de graduação da Unioeste;
- q. Resolução nº 101/2016-CEPE, que aprova o Regulamento de Avaliação da Aprendizagem, Segunda Chamada de Avaliação e Revisão de Avaliação;
- r. Resolução nº 100/2016-CEPE, que aprova o Regulamento do Aproveitamento de Estudos e de Equivalência de Disciplinas nos Cursos de Graduação, na Unioeste;

LEGISLAÇÃO DO MEC – DCNS. (BACHARELADO) e CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE

- a) Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96;
- b) Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso;
- c) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004)
- d) Resolução CNE/CES nº 3/2007 e Parecer CNE/CES nº 261/2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- e) Decreto nº 5.296/2004 estabelece condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008; Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras

providências.

- f) Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- g) Disciplina de Libras, Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- h) Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.
- i) Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017 e Portaria Normativa MEC nº 21 de 21 de dezembro de 2017.
- j) Deliberação nº 02/2009 – CEE estabelece normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior [...].
- k) Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Resolução CNE/CES nº 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Lei Estadual 17505 de 11 de janeiro de 2013 que institui a política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências. Deliberação nº 04/2013-CEE estabelece normas para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012.
- l) Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- m) Resolução nº 3 - CNE/CP, de 18 de dezembro de 2002 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- n) Parecer nº 436/2001 - CNE/CES – estabelece diretrizes para cursos superiores de tecnologia.

- o) Parecer nº 776/97 – CNE/CES – Diretrizes curriculares dos cursos de Graduação.
- p) Parecer nº 277/06; Estabelece Eixo tecnológico: Ambiente, saúde e segurança.

III – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores públicos dos três poderes, bem como a capacitação de novos profissionais para atuarem no setor público, a Unioeste, em parceria com a CAPES e com o apoio das Prefeituras Municipais do Oeste e Sudoeste do Paraná (responsáveis pela estruturação dos Polos), promovem o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade de Ensino à Distância (EaD).

Com o acesso às novas tecnologias de comunicação e ao mesmo tempo a necessidade de formação em grande escala da população e ampliação do acesso ao ensino superior, a Modalidade da Educação à Distância se torna o mecanismo eficiente para viabilizar esta capacitação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Desta forma, a Unioeste, cumpre com seus objetivos institucionais.

A alteração do PPP do curso se justifica também pelas alterações, correções e adequações para o atendimento da legislação vigente, notadamente à inclusão de aspectos relacionados à:

- a) Quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004;

b) Quanto as Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, Lei n° 13.185/2015, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

A acessibilidade, condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, Decreto n° 5296/2004.

Lei n° 13.146 de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e, quanto a Proteção os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, destacar que o Programa de Educação Especial – PEE da Unioeste atende pessoas com deficiência no acompanhamento e permanência nos cursos de graduação;

Deliberação CEE n.º 02/2016: Acessibilidade pedagógica e atitudinal. Abordagem de conteúdos e materiais didáticos adaptados à pessoa com deficiência. Flexibilização curricular e atendimento pedagógico para suprir as necessidades e especificidades educacionais dos estudantes.

Disciplina Libras como obrigatória já consta no PPP em implantação;

Informações do curso referente à Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, alterada pela Portaria Normativa n° 23, de 1 de dezembro de 2010.

O curso atende a Portaria Normativa ° 101/2016 – CEPE, que aprova o Regulamento da Avaliação da Aprendizagem, Segunda Chamada de Avaliação e Revisão da Avaliação, sendo que os alunos tem acesso às correções das atividades, via sistema AVEA. São realizadas provas e exames. Ao final do curso ainda tem a possibilidade de refazerem as disciplinas em que não tiveram aproveitamento a partir de uma metodologia denominada Repercurso.

Aspectos referentes às Políticas de Educação Ambiental Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002. Deliberação CEE/PR n°4, de 12 de novembro de 2013 - Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal n° 9.795/1999, Lei Estadual n°

17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012. g) Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012; Resolução CNE/CP nº1, de 30 de maio de 2012, Deliberação n.º 02/2015-CEE).

Observações adicionais, incorporadas neste projeto que justificam sua alteração:

1- O Colegiado de Curso foi criado a partir de Portaria do CCSA. O mesmo é composto pelo coordenador do curso, mais dois representantes dos professores, uma representante dos Tutores e uma representante dos alunos.

2- O NDE foi criado com professores do curso a partir de Portaria do CCSA. É composto pelo coordenador do curso, mais 4 docentes do curso, todos com doutorado e com RT TIDE.

3- Para o atendimento da Deliberação CEE 04/2006, DE 02/08/2006, que institui normas complementares às Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, essas foram inseridas nas ementas de componentes curriculares pertinentes e devem ser abordadas de forma transversal nos componentes curriculares do curso, Componente Curricular que aborda a temática em sua ementa é: ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA.

*a - Para o atendimento da temática condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além do que é apresentado no campus sede da oferta, nos polos conveniados, cabe às Prefeituras Municipais assegurar essas condições com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos e edificações, conforme convênio com a CAPES. Também essas Prefeituras devem garantir sistemas e meios de comunicação e informação para seus acadêmicos com tais necessidades. Enquanto política pública de ACESSIBILIDADE, a mesma será tratada na componente curricular POLÍTICAS PÚBLICAS, conforme exposto na alteração da ementa deste PPP.

*b - Para o atendimento da Deliberação CEE nr. 02/2016, a UNIOESTE atende pessoas com deficiência no acompanhamento e permanência nos seus cursos através do Programa de Educação Especial –PEE.

*c - Conforme destacado neste PPP, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública oferta a disciplina de LIBRAS como obrigatória com 60 horas aulas.

*d - As informações do curso se dão a partir do site institucional da Unioeste em aba específica para a EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA e da Plataforma AVEA-Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além disso, há uma comunicação constante do NEaDUNI com os polos e isso se dá em memorandos e comunicações com utilização das TIC's. Também, estão disponíveis a partir do ACADEMUS, o qual permite a comunicação dos docentes e coordenação diretamente com os estudantes.

*e - Com relação às Políticas de Educação Ambiental, o tema é abordado na componente curricular **Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no Setor Público**. Especificamente se trata de Educação Ambiental e do Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.

*f - Com relação às Políticas para a Educação em Direitos Humanos, a componente curricular que inclui em ementa o referido tema é: **ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA**.

*g - Para o atendimento da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a UNIOESTE atende à legislação nos seus cursos através do Programa de Educação Especial –PEE-.

*h - O CST em Gestão Pública atende às diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos tendo em vista que a UNIOESTE tem um Comitê de Ética em Pesquisa regulamentado.

Embora o curso seja novo, com implantação no ano de 2017 em 10 polos da UAB, devido ao processo de reconhecimento do curso a ser iniciado em 2018, é necessário, com urgência, que

sejam feitas adequações no PPP sob pena de não atendimento aos aspectos legais exigidos pelo MEC e pelo CEE.

HISTÓRICO:

a) se for para alteração do Projeto Político-Pedagógico de curso em funcionamento, apresentar o histórico do curso desde sua criação até o momento atual.

O curso foi criado como parte integrante do NEaDUNI, em consonância com o projeto UAB-Universidade Aberta do Brasil- no ano de 2016 e teve início em 2017/2 a partir de vestibular próprio. O curso é ofertado em 10 diferentes polos credenciados pela CAPES/UAB e tem 500 vagas.

Assim, mesmo estando no início do curso, primeiro ano do curso, a partir do primeiro ano o mesmo deverá ser encaminhado para o processo de reconhecimento, visto que o curso tem duração mínima de 2 anos.

Portanto, as alterações propostas no projeto visam apenas a sua adequação a aspectos legais fundamentais para o processo de reconhecimento e eventuais adequações de texto e necessidades que foram identificadas neste início de atividades do curso.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS:

Contextualização em relação à inserção institucional, política, geográfica e social, às condições de oferta e vocação do curso.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Instituição pública de ensino gratuito, foi fundada na década de 1970 e reconhecida como Universidade em 1994. Possui campi nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Francisco Beltrão. Sua área de abrangência engloba as regiões Oeste e Sudoeste do estado, com aproximadamente dois milhões de habitantes, numa área de 33 mil quilômetros

quadrados (16,3% do território do estado do Paraná), dividida em 93 Municípios.

O Campus da Unioeste Cascavel atende a uma população estimada em 1.300.000 de habitantes (Amop, 2012), além de uma população itinerante advinda do mercado turístico e das movimentações do agronegócio. Nestas regiões, de expressivo crescimento econômico, destacam-se a participação das atividades agropecuárias e agroindustriais na economia do Paraná e do Brasil.

É significativa, também, a importância das regiões na produção e exportação de grãos, principalmente soja e milho, de produtos da pecuária e notadamente na produção e exportação de aves e suínos processados, bem como na produção de leite e seus derivados. Há que se salientar, também, a intensa integração da produção agropecuária regional com a indústria a montante (fornecedora de insumos) e a jusante (agroindústrias processadoras), contribuindo substancialmente para a agregação de valor dos seus produtos e para geração de emprego e renda no estado do Paraná. Todas essas atividades são desenvolvidas em uma região de fronteiras (Brasil, Paraguai e Argentina), em que se encontra uma das maiores reservas da mata atlântica do Brasil - o Parque Nacional do Iguaçu, e uma das maiores reservas hídricas do mundo, com ênfase nos potenciais hídricos dos rios Paraná (Bacia III) e Iguaçu e no aquífero Guarani.

Neste contexto, após o credenciamento da Unioeste para atuar no EAD com seu núcleo NEaDUNI, foram estabelecidos esforços para identificação de necessidades regionais na área educacional a serem atendidas com a Educação a Distância. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi um dos que foram amplamente solicitados, principalmente para atender a demanda de formação continuada dos funcionários públicos das prefeituras da região e de outros órgãos públicos. Da mesma forma, novos estudantes que pretendem atuar na esfera pública demonstram interesse pelo curso.

O objetivo geral do curso é a formação de profissionais capacitados na gestão das organizações públicas. Visa formar Tecnólogos para atender às demandas do Governo do Estado do Paraná e das Prefeituras e outros órgãos públicos na definição, acompanhamento e avaliação de suas políticas públicas.

Os objetivos específicos do curso são os seguintes:

a) Formar servidores para contribuir na formulação, avaliação e gestão de políticas públicas, em suas áreas de atuação.

b) Desenvolver propostas de soluções na evolução dos modelos de gestão pública e na modernização de suas práticas gerenciais, por meio de Trabalhos de Conclusão de Curso;

PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA:

O profissional formado Diagnostica o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública. Desenvolve e aplica inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública. Planeja, implanta, supervisiona e avalia projetos e programas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e regional. Aplica metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional. Planeja e implanta ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

METODOLOGIA:

Descrição dos encaminhamentos metodológicos utilizados no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, considerando os princípios de inter e multidisciplinaridade e a relação teoria e prática.

Para atingir os objetivos do curso é utilizada metodologia com mediação de tecnologia (Educação a Distância) em conformidade com as normas da UAB-Universidade Aberta do Brasil.

Os materiais didáticos são os apresentados na plataforma UAB ou desenvolvidos especialmente para o curso e depois disponibilizados para UAB para que possa ser utilizado em outros locais do Brasil, via sistema de repositório de materiais da CAPES (Educapes).

Além dos materiais disponibilizados em PDF, são desenvolvidas aulas em vídeo e aulas em áudio para acesso aos alunos e tutores.

Os professores desenvolvem fóruns para que os alunos participem e respondam, denominados FÓRUNS DE DÚVIDAS. Dúvidas também são equacionadas via CHATS abertos pelos

professores, normalmente três ou quatro CHATS por componente curricular, preferencialmente com 8 horas de contato com os alunos.

Ao final, as atividades postadas no sistema e as provas geram uma nota única que é lançada pelo professor no ACADEMUS, que é o software próprio de gestão acadêmica da Unioeste.

A média para aprovação é 70 (setenta), sem exame. Após o exame a média é 60, sendo que a média da componente curricular tem peso de 60% e o exame com peso 40%, para formar a nota após o exame.

Alunos que não tenham atingido a média poderão refazer a disciplina ao final do curso, conforme regras da UAB, diminuindo a evasão.

O Trabalho do Curso (TC) é desenvolvido pelo acadêmico mediante orientação e acompanhamento de Docente vinculado ao curso CST Gestão Pública, conforme disposição no Regulamento do Trabalho de Curso.

A cada 10 (dez) alunos designados a um(a) docente(a) orientador(a) serão disponibilizadas 2 (duas) bolsas Capes durante o período reservado para essa atividade, conforme disposto no Regulamento do TC.

AVALIAÇÃO:

A avaliação se dá a partir das atividades *on line* desenvolvidas pelos alunos, com correção via padrão de respostas estabelecidas pelos professores e corrigidas pelos tutores *on line*.

As provas presenciais são elaboradas com questões fechadas, sendo o gabarito corrigido diretamente pela plataforma.

Nos exames é facultado ao docente inserir ou não questões abertas.

As atividades *on line* tem peso de 60% e as provas presenciais tem peso de 40%. A média anual para ser aprovado sem exame é 70.

Médias anuais entre 40 e 69 exigem exame, sendo a média anual com peso 60% e a nota do exame com peso 40%. Ao final, o aluno em exame deve atingir nota 60, seguindo regulamentação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE- da Unioeste.

O processo de avaliação do Trabalho de Curso (TC) está previsto no Regulamento do TC.

FORMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM:

Em reuniões do NDE, do Colegiado do Curso e do NEaDUNI, o processo de ensino e

aprendizagem sempre está em evidência, fazendo adequações para aprimorar o processo. Embora o curso esteja em fase de implantação, observa-se que a sistemática adotada de avaliação está adequada. As atividades são avaliadas a partir de padrões de respostas estabelecidos pelos professores e corrigidas pelos tutores a distância. Questões operacionais são equacionadas pelos tutores presenciais nos polos.

As provas (avaliações presenciais) são elaboradas a partir de banco de questões fechadas, aplicadas sob supervisão dos tutores presenciais e do coordenador de cada polo, sendo realizadas pelos acadêmicos sem consulta a outros materiais,

Nos exames, as questões abertas (quando houver) são corrigidas pelos tutores a partir de gabaritos e padrões de respostas e as questões fechadas são corrigidas pelo sistema.

FREQUÊNCIA: O curso CST em Gestão Pública é ofertado na modalidade EAD e a frequência exigida é ESPECIAL, com conformidade com o sistema ACADEMUS.

FORMAS E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO:

Descrição dos critérios e instrumentos utilizados pelo Colegiado de Curso para autoavaliação.

A autoavaliação do curso ocorre no processo de avaliação institucional da Universidade.

Atualmente a Avaliação (Autoavaliação Institucional) ocorre por categoria –Agente – Discente e docente. O Coordenador do CST em Gestão Pública participa da comissão CPA-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO.

Além da participação no processo institucional de avaliação da Universidade, a avaliação do curso ocorre:

- Em reuniões constantes do NDE, do Colegiado do Curso e dessas com a Coordenação do NEaDUNI ocorre avaliações de materiais didáticos utilizados no EaD cuja origem se dá na Plataforma EDUCAPES;
- Reuniões frequentes com os tutores online encarregados das correções das atividades;
- Reuniões nos polos com os coordenadores locais;
- Reuniões com setor de tecnologia Web masters, para avaliar o andamento do curso.

IV – ESTRUTURA CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS

Área/Matéria	Códi -go	Disciplinas	C/H
1. De Formação Geral			
Forma o perfil nacional, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais			
		Informática Aplicada Ao Setor Público	45
		Introdução à Educação a Distância	45
		Políticas Públicas e Sociedade	60
		Métodos e Técnicas de Pesquisa	60
		Gestão de Estado	60
		Direito Constitucional	45
		Direito Administrativo	45
		Ética na Gestão Pública	60
		Gestão de Documentos e Técnicas de Redação Oficial	60
		Modelo Brasileiro de Planejamento Orçamento e Gestão	30
		Gestão Financeira, Orçamentária e Patrimonial	45
		Economia Brasileira	60
		Economia e Sociedade do Conhecimento	60
		Ciência Política	60
		Controle nas Organizações Públicas	30
		Novas Tendências de Gestão	45
		Gestão da Tecnologia da Informação	60
		Gestão de Pessoas no Setor Público	60
		Gestão da Regulação	60
		Gestão do conhecimento no Setor Público	60
		Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no Setor Público	60
		Geopolítica e Geoestratégia Internacional	60
	Marketing Governamental	30	
	Logística Aplicada ao Setor Público	60	
	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	60	
	Planejamento Urbano e Plano Diretor	60	
	Legislação Trabalhista para Agentes Públicos	60	
	Proposta de Projeto para Gestão	60	

		Pública	
		Política Econômica e Contemporânea	60
		Licitação	60
		Elaboração do Orçamento Público	60
		Auditoria e Controladoria no Setor Público	60
		Libras	60
		Organização de Eventos – Cerimonial, Protocolo e Etiqueta	60
		Subtotal	1.860
2. De Formação Diferenciada			
Forma o perfil específico de cada curso			
		Subtotal	
4. Trabalho de Conclusão de Curso			
		Trabalhos do Curso	120
		Subtotal	1.980
5. Atividades Acadêmicas Complementares (mínimo de 5%)			
		TOTAL DO CURSO	1.980

As atividades extra-classe, realizadas durante a graduação, correspondem a estudos em biblioteca e em laboratório, preparação de seminários, elaboração de trabalhos e relatórios, frequência em monitorias, trabalhos individuais ou em grupo, projetos técnicos e outros similares realizados na instituição de Ensino, em atendimento às DCN's (Res. CNE/CES nº 003/2007 e Parecer CNE/CES nº 261/2007, regulamentado na Unioeste pela Resolução 095/2016-CEPE.

Observações :

1. O CST em Gestão Pública é um curso cujo prazo de integralização é de dois anos e opera com vestibulares específicos a partir de convênios com a CAPES. Portanto, não há ingressos tardios via PROVOU/PROVARE.
2. O curso deve citar as atividades extraclasse que compõem as atividades formativas que definem o trabalho discente efetivo nos cursos de graduação da Unioeste.

3. As atividades extra-classe, realizadas durante a graduação, correspondem a estudos em biblioteca e em laboratório, preparação de seminários, elaboração de trabalhos e relatórios, frequência em monitorias, trabalhos individuais ou em grupo, projetos técnicos e outros similares realizados na Instituição de Ensino, em atendimento às DCS's (Res.CNE/CES nº003/2007 e Parecer CNE/CES nº 261/2007), regulamento na Unioeste pela Resolução 095/2016-CEPE.

V - DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS

Código	Disciplina	Pré-requisito Código	Carga-horária Horas					Forma de Oferta 1º ou 2º Sem/ Anual
			Total	Teórica	Prática	APS	APCC	
Módulo I								
01	Informática Aplicada Ao Setor Público		45	45				
02	Introdução à Educação a Distância		45	45				
03	Políticas Públicas e Sociedade		60	60				
04	Métodos e Técnicas de Pesquisa		60	60				
05	Gestão de Estado		60	60				
06	Direito Constitucional		45	45				
07	Direito Administrativo		45	45				
08	Ética na Gestão Pública		60	60				
09	Gestão de Documentos e Técnicas de Redação Oficial		60	60				
Subtotal			480	480				
Módulo II								
10	Modelo Brasileiro de Planejamento Orçamento e Gestão		30	30				
11	Gestão Financeira, Orçamentária e Patrimonial		45	45				
12	Economia Brasileira		60	60				
13	Economia e Sociedade do Conhecimento		60	60				
14	Ciência Política		60	60				
15	Controle nas Organizações Públicas		30	30				
16	Novas Tendências de Gestão		45	45				
17	Gestão da Tecnologia da Informação		60	60				
18	Gestão de Pessoas no Setor Público		60	60				
19	Gestão da Regulação		60	60				
Subtotal			510	510				

Módulo III								
20	Gestão do conhecimento no Setor Público		60	60				
21	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no Setor Público		60	60				
22	Geopolítica e Geoestratégia Internacional		60	60				
23	Marketing Governamental		30	30				
24	Logística Aplicada ao Setor Público		60	60				
25	Responsabilidade Social e Terceiro Setor		60	60				
26	Planejamento Urbano e Plano Diretor		60	60				
27	Legislação Trabalhista para Agentes Públicos		60	60				
28	Proposta de Projeto para Gestão Pública		60	60				
Subtotal			510	510				
Módulo IV								
29	Política Econômica e Contemporânea		60	60				
30	Licitação		60	60				
31	Elaboração do Orçamento Público		60	60				
32	Auditoria e Controladoria no Setor Público		60	60				
33	Libras		60	60				
34	Organização de Eventos – Cerimonial, Protocolo e Etiqueta		60	60				
35	Trabalho de Conclusão de Curso		120	120				
Subtotal			480	480				
TOTAL DE DISCIPLINAS			1.980	1.980				
Atividades Acadêmicas Complementares			-	-				
TOTAL DO CURSO			1.980	1.980				

Observações:

1. No lugar do CÓDIGO da disciplina utilizar numeração sequencial (a DAA codificará no sistema);
2. AP – Atividade ou aula Prática de laboratório e de campo;
3. APS - Aula Prática Supervisionada desenvolvida em laboratórios ou espaços que necessitam de supervisão direta do docente para o desenvolvimento da disciplina, não se aplica aos estágios;
4. APCC - Prática como Componente Curricular desenvolvida nas licenciaturas como metodologias de ensino explicitadas no Plano de Ensino. Não se aplica na tabela acima a somatória entre carga-horária teórica e prática.

VII - QUADRO DE EQUIVALÊNCIA DO CURSO

CURRÍCULO EM VIGOR		CURRÍCULO PROPOSTO	
Disciplina	C/H	Disciplina	C/H
Não há alteração			
Informática Aplicada Ao Setor Público	45	Informática Aplicada Ao Setor Público	45
Introdução à Educação a Distância	45	Introdução à Educação a Distância	45
Políticas Públicas e Sociedade	60	Políticas Públicas e Sociedade	60
Métodos e Técnicas de Pesquisa	60	Métodos e Técnicas de Pesquisa	60
Gestão de Estado	60	Gestão de Estado	60
Direito Constitucional	45	Direito Constitucional	45
Direito Administrativo	45	Direito Administrativo	45
Ética na Gestão Pública	60	Ética na Gestão Pública	60
Gestão de Documentos e Técnicas de Redação Oficial	60	Gestão de Documentos e Técnicas de Redação Oficial	60
Modelo Brasileiro de Planejamento Orçamento e Gestão	30	Modelo Brasileiro de Planejamento Orçamento e Gestão	30
Gestão Financeira, Orçamentária e Patrimonial	45	Gestão Financeira, Orçamentária e Patrimonial	45
Economia Brasileira	60	Economia Brasileira	60
Economia e Sociedade do Conhecimento	60	Economia e Sociedade do Conhecimento	60
Ciência Política	60	Ciência Política	60
Controle nas Organizações Públicas	30	Controle nas Organizações Públicas	30
Novas Tendências de Gestão	45	Novas Tendências de Gestão	45
Gestão da Tecnologia da Informação	60	Gestão da Tecnologia da Informação	60
Gestão de Pessoas no Setor Público	60	Gestão de Pessoas no Setor Público	60
Gestão da Regulação	60	Gestão da Regulação	60
Gestão do conhecimento no Setor Público	60	Gestão do conhecimento no Setor Público	60
Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no Setor Público	60	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no Setor Público	60
Geopolítica e Geoestratégia Internacional	60	Geopolítica e Geoestratégia Internacional	60
Marketing Governamental	30	Marketing Governamental	30
Logística Aplicada ao Setor Público	60	Logística Aplicada ao Setor Público	60
Responsabilidade Social e Terceiro Setor	60	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	60
Planejamento Urbano e Plano Diretor	60	Planejamento Urbano e Plano Diretor	60
Legislação Trabalhista para Agentes Públicos	60	Legislação Trabalhista para Agentes Públicos	60
Proposta de Projeto para Gestão Pública	60	Proposta de Projeto para Gestão Pública	60
Política Econômica e Contemporânea	60	Política Econômica e Contemporânea	60

Licitação	60	Licitação	60
Auditoria e Controladoria no Setor Público Elaboração do Orçamento Público	60	Auditoria e Controladoria no Setor Público Elaboração do Orçamento Público	60
Libras	60	Libras	60
Organização de Eventos – Cerimonial, Protocolo e Etiqueta	60	Organização de Eventos – Cerimonial, Protocolo e Etiqueta	60
SUB TOTAL	1860	SUB TOTAL	1860
Trabalho de Conclusão de Curso –TCC-	120	Trabalho do Curso –TC	120
TOTAL	1980	TOTAL	1980

Observações:

1. Devem constar todas as disciplinas do Projeto Político-Pedagógico em vigor e do projeto proposto, mesmo as disciplinas que não têm equivalência.
2. O quadro de equivalência deve ser utilizado nos casos de retenção e trancamento.

VIII - PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Ano: 2017 –Implantação de uma turma, com previsão de conclusão em 2019. Tempo de integralização mínima de 2 anos e máximo de 3 anos. A segunda turma poderá ser implementada, a partir de convênio com a CAPES, tendo início em 2019.

IX - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

MÓDULO I

Disciplina: INFORMÁTICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			
Ementa: Estrutura de computadores. Softwares. Aplicativos: processadores de textos, planilha eletrônica e apresentação de slides. Sistemas Computacionais: características, noções de modelagem de dados. Banco de dados. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo.				

Disciplina: INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			
Ementa: Concepções de educação a distância. Evolução história. O aluno EaD. Tutoria em EaD. Metodologia em EaD. Avaliação na EaD. Perspectivas atuais de educação a distância: mídias interativas e plataformas virtuais de aprendizagem				

Disciplina: POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: A análise de políticas públicas e seus problemas; as mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e avaliação das Políticas Públicas. Políticas de Acessibilidade.				

Disciplina: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Pressupostos da Pesquisa. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Tipos de Pesquisa.. Projeto de Pesquisa. Estrutura e Organização do Trabalho Científico. Fundamentos da EaD; Organização de Sistemas de EaD; Técnicas de estudo; Orientação para a leitura, Análise e interpretação de texto. Investigação científica. Planejamento da pesquisa. Coleta de				

informações. Uso das informações bibliográficas. Análise e interferências. Elaboração do relatório de pesquisa. Viabilidade para elaboração de projetos.

Disciplina: GESTÃO DE ESTADO				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Estado Democrático de Direito; Governabilidade e Governança do Estado; Principais Políticas no Gerenciamento do Estado Moderno. O Estado Brasileiro. Administração Pública x Administração Privada; Planejamento Estratégico no Setor Público; Escolas de Governo; Principais conceitos de Planejamento Estratégico. Governança no Setor Público. Análise ambiental externa e interna das empresas Públicas e Privadas. Aplicação das Estratégias nas diversas áreas Organizacionais. Modelos para sua operacionalização. Elaboração de um plano piloto para o Setor Público.				

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			
Ementa: Origem e evolução do Estado. O Estado e o Direito. Direito e Poder. Normas Jurídicas. Direito positivo e direito subjetivo. Estrutura do Estado e do Governo Brasileiro.				

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			
Ementa: Regime jurídico-administrativo. Atos administrativos. Organização administrativa. Serviço público. Licitação. Contratos administrativos.				

Disciplina: ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Conceitos da Ética Geral. Importância da conduta Ética na Gestão dos Negócios Públicos e Privados. Perfil do Gestor na verificação e aplicação de Recursos Públicos. Cuidados no exercício das Atividades do Estado e do Governo. Execução dos trabalhos no processo de relacionamento com as atividades privadas. Atitudes e Postura Ética. Direitos Humanos. Aspectos étnico-raciais e as questões indígenas e da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.				

Disciplina: GESTÃO DE DOCUMENTOS E TÉCNICAS DE REDAÇÃO OFICIAL				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
<p>Ementa: Introdução à gestão da informação e sua relação com o processo de comunicação organizacional. O processo da comunicação na empresa Pública; A ciência da informação: evolução e tendências atuais; Introdução à Arquivologia; A interface da Arquivologia com as demais áreas da Ciência da Informação; Profissional de arquivo. Gestão de documentos: Princípios e Teorias da Arquivologia. Tecnologia da Informação. Legislação arquivística; Teoria das Idades e o Princípio da Proveniência. Gestão de documentos: princípios, processos e produtos; Gestão eletrônica de documentos: tecnologia, legislação e eficácia probatória; Ferramentas de GED: Enterprise Content Management – ECM.</p>				

MÓDULO II

Disciplina: MODELO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
30	30			
<p>Ementa: Processo Legislativo. Marco Legal do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Decreto Presidencial nº 2829 de 1999 e Portaria 42; Lei de Responsabilidade Fiscal; Constituição Federal e Lei nº 4.320/64</p>				

Disciplina: GESTÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			
<p>Ementa: Estrutura do Setor Público. Contabilidade Pública. Sistemas Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Demonstrações Consolidadas. Estrutura conceitual de Orçamento Público. Orçamento como um sistema. Estrutura do sistema orçamentário. Relatórios projetados e análise. Instrumentos de planejamento e controle. Estudo de Casos.</p>				

Disciplina: ECONOMIA BRASILEIRA				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
<p>Ementa: Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o</p>				

problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

Disciplina: ECONOMIA E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
<p>Ementa: Conceitos Básicos: economia da informação e conhecimento. Investimentos tangíveis e intangíveis. Gestão do conhecimento e Economia do Conhecimento – Mecanismo de mercado. Externalidades. As limitações dos modelos econômicos. Globalização e inserção brasileira na economia do conhecimento. Mobilidade do capital, informação, bens e serviços, competitividade global de produtos e pessoas. Tecnologia e Produtividade. Novas estruturas de produção, distribuição e consumo. Economia de Redes. Redes e Alianças estratégicas. Inovação e gestão da inovação. Codificação do conhecimento e localização da inovação. Estruturas de apoio. Sistemas regionais e nacionais de inovação; clusters. Trabalho, Aprendizado e Ativos intangíveis. Capital humano, aprendizado como essência do desenvolvimento; Estimativas de valor, comércio e investimento em intangíveis.</p>				

Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
<p>Ementa: O pensamento político clássico: o conceito clássico e moderno da política. Estado e Sociedade. Liberalismo e Socialismo. Democracia direta e representativa. Os atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Sufrágio e sistemas eleitorais; Planejamento e tomada de decisões. Decisões políticas, estratégias, táticas e operacionais, análise política: estudo das categorias, conceitos e problemas básicos da ciência política, tais como: dominação, poder, conflito, autoridade e legitimidade. Política, participação e informação. Sistema político clássico e contemporâneo e sua influência em políticas empresariais. Destacando a importância de seu conhecimento para Administração e relacionando os com a realidade política brasileira atual. Relações Étnicas raciais e Inclusão Social.</p>				

Disciplina: CONTROLE NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
30	30			
<p>Ementa: Controladoria Pública. Conceitos de Controladoria. Independência e Subordinação da Controladoria. Sistema de Controles Integrados. Apresentação de Modelos de Controles Integrados. Estrutura conceitual dos sistemas de Controles internos. Controle Social. Estudo</p>				

de Casos. Técnicas e procedimentos de Controle. Caracterização do ponto de controle. Competência do Controle Interno. Princípios Básicos. Independência. Área de Atuação. Classificação dos Controles – Parlamentar, Judicial e Administrativo. Avaliação da Eficiência. Eficácia, Efetividade e Economicidade.

Disciplina: NOVAS TENDÊNCIAS DE GESTÃO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: As megatendências para o próximo milênio e os paradoxos globais: os impactos sobre as empresas. A evolução das eras empresarias: Da Era da Produção em Massa à Era da Competitividade. A emergência da Sociedade do Conhecimento: A era do Capital Humano e intelectual. O esgotamento dos modelos tradicionais de administração: do “Fordismo” ao “Toyotismo”. A emergência dos novos modelos de gestão empresarial. Gestão Holística: a “visão de todo” da organização. Corporação Virtual: a organização horizontal baseada nas relações de parceria e na tecnologia da informação. Gestão do Conhecimento: os ativos intangíveis.

Disciplina: GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: Introdução a Tecnologia da Informação. Processos de Integração e Comunicação de informações. Governo Eletrônico. Sistemas de Informação Gerencial, Estratégico e do Conhecimento. Gestor de TI. Gestão dos recursos de TI. Tecnologias Emergentes e suas aplicações públicas. A unidade de TI. Introdução ao Planejamento da Tecnologia da Informação. Introdução ao Alinhamento estratégico da TI ao setor público. Práticas em Gestão da Tecnologia da informação aplicada à Gestão do Conhecimento. Tecnologia e transparência.

Disciplina: GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: Estrutura da organização. Gerenciamento de Conflitos. Processo de Negociação das Carreiras. Qualidade de vida no Ambiente de trabalho. Gestão de Recursos Humanos como Ativo Intangível e Fundamental Importância para o desempenho das atividades. Metodologia a serem aplicadas nos Processos de Avaliações de Desempenho Profissional. Estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público. Prêmios e Recompensas. PAD Processo Administrativo. Novas questões na Gestão de Pessoas no Setor Público: Lei 13.183/2015

(Bullying); Lei 10.224/2001 (Assédio Sexual); Lei 12.250/2006 (Assédio Moral).

Disciplina: GESTÃO DA REGULAÇÃO				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; Defesa do Consumidor; Defesa da Concorrência. As Agências Reguladoras no Brasil.				

MÓDULO III

Disciplina: GESTÃO DO CONHECIMENTO NO SETOR PÚBLICO				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: A produção da informação e do conhecimento. Sociedade Industrial e Sociedade do Conhecimento. A gestão do conhecimento, da inovação e da criatividade nas organizações. A Gestão do conhecimento e os Modelos de Gestão Organizacional. A informação, a comunicação e o conhecimento nas organizações públicas; Gestão de Mudança; Gestão da Inovação; Gestão de Processos, Gestão por Competência; Cultura e Aprendizagem Organizacional. Educação Corporativa. Gestão do Capital Intelectual. Inteligência Organizacional. Tecnologia na Informação Aplicada a Gestão do Conhecimento.				

Disciplina: GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SETOR PÚBLICO				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Desenvolvimento sustentável: conceitos básicos. Responsabilidade social. Protocolos internacionais. Princípios da gestão ambiental. ISO 14000. Políticas ambientais: indicadores. Planejamento ambiental. Educação Ambiental. Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.				

Disciplina: GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA INTERNACIONAL				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: As implicações políticas e estratégicas da economia da informação e do conhecimento sobre as diferentes regiões geográficas do mundo, com ênfase no Brasil e na				

América do Sul. Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos 90, como as organizações internacionais e não governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

Disciplina: MARKETING GOVERNAMENTAL

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
30	30			

Ementa: Técnicas e ferramentas de divulgação das ações do governo apresentação de estruturas de comunicação, composto de marketing, sistema de pesquisa, articulação e mobilização, formas de garantir as administrações às ferramentas básicas para aproximar a esfera pública dos cidadãos. Marketing Industrial. Ações de marketing governamental.

Disciplina: LOGISTICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: Gestão de materiais: planejamento de uso e consumo, controle de entrada e saídas, cálculo de necessidades, gestão de estoques e arranjo físico, integração de sistemas, custos e racionalização, responsabilidades na gestão de materiais. Gestão patrimonial; Logística: planejamento logístico, controle logístico, distribuição física.

Disciplina: RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: Os principais temas da filosofia contemporânea e cidadania. O administrador e as questões éticas nas organizações e no mundo do trabalho. Visão conceitual do terceiro Setor. Organização do terceiro setor e desenvolvimento de atividades de responsabilidade social. Relações entre o poder político e o terceiro setor.

Disciplina: PLANEJAMENTO URBANO E PLANO DIRETOR

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: A formação do espaço urbano: dos bairros às megalópoles; Caracterização do espaço urbano; Princípios de urbanismo; Crescimento das cidades X inchaço das cidades; Mobilidade e transporte nas cidades; Desordenamento urbano; Áreas de convívio no espaço urbano; Humanização das cidades; Plano diretor dos municípios.

Disciplina: LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA AGENTES PÚBLICOS

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: A evolução da legislação trabalhista; Aplicabilidade da CLT; Regime Jurídico; Cargos, empregos e funções públicas; Acesso ao serviço público; Remuneração e subsídio; Acumulação de vencimentos no setor público; Servidor público e mandato eletivo; Direitos trabalhistas extensivos aos servidores públicos; Direitos e deveres estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos e na CLT; Aposentadoria; Processo Administrativo Disciplinar.				

Disciplina: PROPOSTA DE PROJETO PARA GESTÃO PÚBLICA				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: As propostas de projetos têm por objetivo desenvolver, trabalhos aplicados a partir de uma demanda específica da área em que esteja lotado o servidor, que tenham por meta a implantação futura de metodologias e ferramentas de Gestão, nas diversas instâncias da administração do Estado.				

MÓDULO IV

Disciplina: POLÍTICA ECONÔMICA E CONTEMPORÂNEA				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Os objetivos clássicos da política econômica. Medindo crescimento: entendendo o cálculo do PIB. Medindo a variação de preços: entendendo a inflação. Os instrumentos da política econômica: instrumentos fiscais, instrumentos monetários, instrumentos cambiais e controles diretos. Os desequilíbrios da década de 1980. Os planos Heterodoxos. O plano Real e o primeiro mandato de FHC: estabilidade com desequilíbrio. O segundo mandato FHC: mudança de regime e o estabelecimento do tripé de política econômica. O primeiro mandato do Governo Lula: rompendo com a ruptura. O segundo mandato do Governo Lula: Mudança de regime e o estabelecimento do tripé de política econômica. O Governo Dilma Rouseff: Desafios e contradições. As reformas do Governo Temer.				

Disciplina: LICITAÇÃO				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Conceito e fundamento legal; Princípios aplicáveis; Modalidades de licitação; Peculiaridades das modalidades tradicionais e modalidade pregão; Escolha da modalidade; Procedimento da licitação: modalidades tradicionais e modalidade pregão; Fase interna e externa; Peculiaridades do instrumento convocatório: carta-convite e edital; a Lei complementar nº 123/2006; Tipos de licitação; Sistema de registro de preços; saneamento de				

falhas; Contratação direta: dispensa e inexigibilidade de licitação; Formalização do procedimento administrativo na contratação direta; Anulação e revogação da licitação; Recursos administrativos.

Disciplina: ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei orçamentária anual (LOA). O ciclo orçamentário. A elaboração do orçamento. A Execução Orçamentária e Financeira: Fase da Execução do Orçamento: empenho, liquidação e pagamento. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.				

Disciplina: AUDITORIA E CONTROLADORIA NO SETOR PÚBLICO				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle Social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.				

Disciplina: LIBRAS				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: A compreensão histórica das comunidades surdas e de sua produção cultural. Bilinguismo e educação dos surdos: diretrizes legais e políticas-pedagógicas. Aspectos linguísticos da língua de sinais brasileiras: teorias e prática.				

Disciplina: ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – CERIMONIAL, PROTOCOLO E ETIQUETA				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Organização de Eventos: importância, tipologia, planejamento, captação, organização e direção/gestão de eventos. Elaboração de projetos e execução de planos de eventos estratégicos e operacionais. Elaboração de mailing list. Logística e promoção. Cerimonial, protocolo e etiqueta: funções estratégica, tática e operacional dos eventos,				

cumprimentos de normas, regras, decretos, leis e as infinitas formas de representação simbólica da linguagem verbal e não verbal que devem ser observadas nas cerimônias.

Disciplina: Trabalho do Curso				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
120		120		
Ementa: Baseado nos conceitos, metodologias e práticas discutidas durante o Curso, esta disciplina têm por objetivo desenvolver propostas de projetos, aplicados à realidade da gestão pública do Estado do Paraná, que tenham por meta a implantação futura de metodologias e ferramentas de Gestão, nas diversas instâncias da administração do Estado. Essas propostas de projetos serão elaboradas por alunos, e desenvolvidas sob orientação permanente dos professores orientadores do Trabalho do Curso (TC). Apresentado formalmente ao final do Curso na forma de Relato Técnico, avaliado e liberado pelo orientador, para fase final de aprovação, conforme regulamento próprio.				

X - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICA

(Considerações gerais sobre a importância e como estas são inseridas no processo de ensino-aprendizagem para a formação profissional).

- a) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS DE LABORATÓRIO, DE SALA OU DE CAMPO (AP)
- b) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS (APS)
- c) DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS COMO COMPONENTES CURRICULARES (APCC)

XI - DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO (Concepções e importância do estágio para a formação discente, composição, formas e condições de realização e acompanhamento).

XII - DESCRIÇÃO DO TRABALHO DO CURSO

O Regulamento do TC (Trabalho do Curso) terá regulamento próprio aprovado pelo CEPE.

O Trabalho do Curso, totalizando 120 horas, será baseado nos conceitos, metodologias e práticas discutidas durante o curso.

A elaboração do TC pelo acadêmico será orientada e acompanhada por professor orientador vinculado ao curso CST Gestão Pública, ao qual será designado 02 (duas) bolsas CAPES a cada 10 (dez) alunos orientados durante o período destinado a essa atividade, conforme disposto no Regulamento do TC.

XIII – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

(Concepções, importância, composição e descrição das atividades acadêmicas complementares).

XIV - DESCRIÇÃO DA PESQUISA

(Descrição da pesquisa e sua importância na formação discente, vinculando o ensino aos processos de pesquisa e a integração entre graduação e pós-graduação).

XV - DESCRIÇÃO DA EXTENSÃO

(Descrição da extensão e sua importância na formação discente, vinculando o ensino aos processos de extensão).

XVI - CORPO DOCENTE EXISTENTE E NECESSÁRIO

NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO		RT-TIDE	DISCIPLINAS (LISTAR AS DISCIPLINAS MINISTRADAS PELO DOCENTE NA ATUAL PROPOSTA)
	Graduação e Pós-graduação Área de conhecimento da titulação (Descrever a área do título)	Ano de conclusão e Instituição da última titulação		
ALINE DARIO SILVEIRA	Graduada em: ADMINISTRAÇÃO Especialista em: ADMINISTRAÇÃO DA QUALIDADE E GESTÃO DE NEGÓCIOS Especialista em: DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR Mestre em: ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Doutora em: ADMINISTRAÇÃO	2017 UNIVERSIDADE POSITIVO	TIDE	COORDENAÇÃO DO CURSO
EDISON LUIZ LEISMANN	Graduado em: ADMINISTRAÇÃO Mestre em: ADMINISTRAÇÃO Doutor em: ECONOMIA APLICADA Pós-Doutor em: ADMINISTRAÇÃO	2002-UFV	TIDE	POLÍTICA ECONÔMICA E CONTEMPORÂNEA
MIRIAN LIGIA ENDO KAROLESKY	Graduada em: LETRAS-Português Inglês Mestre em: LETRAS – Linguagem e Sociedade.	2015-UNIOESTE	T-20	INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
IVANO RIBEIRO	Graduado em: ADMINISTRAÇÃO Mestre em: ADMINISTRAÇÃO Doutor em: ADMINISTRAÇÃO	2016 UNINOVE	T-20	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA
MOACIR BORGES DA SILVA	Graduado em: DIREITO Especialista em: AUDITORIA E GERÊNCIA FINANCEIRA	1999 UNIOESTE	T-24	DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO CONSTITUCIONAL LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA AGENTES PÚBLICOS
MARLOWA ZACHOW	Graduada em: CIÊNCIAS CONTÁBEIS Mestre em: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO		TIDE	INFORMÁTICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO
CLOVIS FIIRST	Graduado em: CIÊNCIAS CONTÁBEIS Mestre em: CONTABILIDADE	2016 FURB	T-20	GESTÃO DO ESTADO MODELO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

				Elaboração do Orçamento Público
NEIVA FEUSER CAPPONI	Graduada em: CIÊNCIAS CONTÁBEIS Mestre em: ADMINISTRAÇÃO	2015 PUC-PR	TIDE	ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA
ELIZANDRA DA SILVA	Graduada em: ADMINISTRAÇÃO Mestre em: ADMINISTRAÇÃO Doutora em: ADMINITRAÇÃO	2012 UFPR	TIDE	PROPOSTAS DE PROJETOS PARA A GESTÃO PÚBLICA
GUSTAVO BIASOLI ALVES	Graduado em: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestre em: SOCIOLOGIA Doutor em: CIÊNCIA POLÍTICA	2004 UFRGS	TIDE	POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE CIÊNCIA POLÍTICA
LIGIA FIEDLER	Graduada em: ADMINISTRAÇÃO Mestre em: ADMINISTRAÇÃO	2011 UFPR	T-20	CONTROLE NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS NOVAS TENDÊNCIAS DE GESTÃ. MARKETING GOVERNAMENTAL RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS: CERIMONIAL, PROTOCOLO E ETIQUETA
CARLA CRISTIANE DO NASCIMENTO ANTUNES	Graduada em: CIÊNCIAS ECONÔMICAS Mestre em: ECONOMIA	2016 UNIOESTE	T-20	ECONOMIA E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO GESTÃO DO CONHECIMENTO NO SETOR PÚBLICO
SOLANGE MARIA DEBASTIANI	Graduada em: ADMINISTRAÇÃO Mestre em: ADMINISTRAÇÃO	2016 UNIOESTE	T-20	GESTÃO DE DOCUMENTOS E TÉCNICAS DE REDAÇÃO OFICIAL
MARIA DA PIEDADE ARAÚJO	Graduada em: CIÊNCIAS ECONÔMICAS Mestre em: ECONOMIA Doutora em: ECONOMIA APLICADA	2006 USP	TIDE	ECONOMIA BRASILEIRA LOGÍSTICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO
SANDRA MARA STOCKER LAGO	Graduada em: ADMINISTRAÇÃO E EM INFORMÁTICA Mestre em: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO Doutora em: DESENVOLVIMENTO	2013 UNIOESTE	TIDE	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

	REGIONAL E AGRONEGÓCIO			
MIRAN LAURIANO RODRIGUES STABILE	Graduada em: ADMINISTRAÇÃO Mestre em: ADMINISTRAÇÃO	2009 UEM/UEL	T-20	GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO
GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI	Graduado em: ADMINISTRAÇÃO Mestre em: ENG. DA PRODUÇÃO Doutor em: ENG. DA PRODUÇÃO	2009 UFSC	TIDE	GESTÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SETOR PÚBLICO COORDENADOR DO TC.
RONALDO BULHÕES	Graduado em: CIÊNCIAS ECONÔMICAS Mestre em: ECONOMIA APLICADA Doutor em: ECONOMIA APLICADA	2007 UNICAMP	TIDE	GESTÃO DA REGULAÇÃO GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA INTERNACIONAL
ROSANE DE MEIRA	Graduada em: Ciências Contábeis. Graduada em: Psicologia. Especialização em Administração Financeira, Contábil e Controladoria. Mestre em: Contabilidade	2018 UNIOESTE	T-20	AUDITORIA E CONTROLADORIA NO SETOR PÚBLICO
SUZANA COSTA WRUBLACK	Graduada em: Ciências Biológicas Mestre em: Engenharia Agrícola Doutora em: Engenharia Agrícola Pós-Doutor em: Gestão e Desenvolvimento Regional	2016	40	PLANEJAMENTO URBANO E PLANO DIRETOR
	A CONTRATAR CENTRO: CECA			LIBRAS

RESUMO QUANTITATIVO DE DOCENTES PELA ÚLTIMA TITULAÇÃO:

Graduados: 0

Especialistas: 1

Mestres: 9

Doutores: 8

Pós-Doutores: 2

Prof. Libras: 1

TOTAL: 21

(No caso de docentes necessários, colocar no lugar do nome do docente a expressão “a contratar”, preenchidos os outros dados de acordo com o que se deseja).

XVII – RECURSOS EXISTENTES E NECESSÁRIOS:

(Para os novos cursos, tomar como base as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais; nos casos de alteração de Projeto Político-Pedagógico, tomar como base as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Parecer de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do Conselho Estadual de Educação e outras orientações específicas do que é necessário para cada curso)

A) RECURSOS HUMANOS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO - TÉCNICOS E DOCENTES:

ESTRUTURA DO NEADUNI E POLOS.

- 1- Recursos humanos existentes: O curso é ofertado com recursos docentes da Unioeste, Pós doutor, Doutores, Mestres e Especialista, efetivos e temporários.
- 2- Recursos humanos necessários. A contratar professor de LIBRAS.

B) RECURSOS FÍSICOS:

(Descrever a estrutura física existente e necessária ao curso, como: salas de aula, laboratórios, salas para administração do curso, salas para professores, etc.)

- 1- Recursos físicos existentes: Estrutura do NEaDUNI -
- 2- Recursos físicos necessários. -0-

C) RECURSOS MATERIAIS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO: (descrever os recursos existentes e os necessários ao curso, como: computadores para administração do curso, arquivos, mesas etc.)

- 1- Recursos materiais existentes: Recursos do NEaDUNI.
- 2- Recursos materiais necessários.

D) RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS:

ACESSO À PLATAFORMA EBSCO.

ACESSO À PLATAFORMA EDUCAPES.

ACESSO À PLATAFORMA PERIÓDICOS DA CAPES.

DEMAIS BIBLIOGRAFIAS

CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

BELLONI, M. L. B. **Educação a distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).

- CHAVES, E. O. C. Tecnologia na Educação, Ensino à Distância, e Aprendizagem Mediada pela Tecnologia: conceituação básica. **Revista Educação**. Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Ano III, Número 7 nov. 1999.
- HOLEMBERG, B. **Educación a distância: situación y perspectivas**. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1981.
- LANDIM, C. M. F. **Educação a distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: [S.l.], 1997.
- MENDONÇA, M. H.; MAFTUM, M. A.; MAZZA, V. A. **Educação a distância e prática tutorial**. Ponta Grossa: UEPG/CEFORTEC, 2005.
- NISKIER, A. **Educação a distância: a tecnologia da esperança; políticas e estratégias a implantação de um sistema nacional de educação aberta a distância**. São Paulo: Loyola, 1999.
- PETERS, O. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.
- PRETTI, O. **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso**. NEAD/IE- UFMT. Cuiabá: UFMT, 1996.
- ROESLER, J. (org). **Administração e planejamento em EaD: curso de extensão na modalidade a distância**. Palhoça: Unisul Virtual, 2006.
- Universidade do Sul de Santa Catarina. Equipe didático-pedagógica. **Formação para professor tutor: metodologia Unisul Virtual. Curso na modalidade a distância**. 2. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2006.
- ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. in: **Ver. Bras. Ci. Soc.**, v. 14, n. 40, p. 111-141, jun. 1999.
- DEMO, P. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas: Papyrus, 1996.
- DERLIEN, H. U. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, n. 1, jan-mar 2001.
- DRAIBE, S. M. Uma nova institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 4, p. 3-15, out./dez. 1997.
- FAGNANI, E. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. **Cadernos FUNDAP – Desafios da Gestão Pública Paulista**. São Paulo: Fundap, p. 59-102, set./dez. 1996.
- GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, nº. 23, jun. 2001.
- MELLO, G. N. Políticas Públicas de Educação. **Estudos Avançados (USP)**, vol. 5, n. 13, , p. 7-47, 1991.
- MENY, I.; THOENIG, J. C. **Las políticas Públicas**. Madrid: Ariel, 1992.
- MILANI, C. R.S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. **Sociologias**, ano 8, n.16, p. 180-214, jul./dez. 2006.
- MISHRA, R. **O Estado-Providência na Sociedade Capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.
- NUNES, E. **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Brasília: ENAP, 1997.

- SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. (Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.)
- VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, vol. 30, n. 2, p. 5-43, mar./abr. 1996.
- BEAUD, M. **Arte da Tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer ou qualquer outro trabalho universitário**. Tradução de Glória de Carvalho Lins, 4. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BÊRNI, D. de Á. (org.). **Técnicas de Pesquisa em Economia: transformando curiosidade em conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- ECO, U. **Como se Faz uma Tese**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- GIL, A. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1995.
- KOCHE, J. C.. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da ciência e prática da pesquisa**. 21. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. amp., São Paulo: Atlas, 1991.
- LIMA, M. C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MARQUES, M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.
- RUIZ, J. Á. **Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ARRAES, R. A.; BARRETO, R. C. S. **Capital social, políticas públicas e desenvolvimento Econômico**. UFC, Fortaleza, 2003, p. 17.
- AZAMBUJA, D. **Teoria Geral do Estado**. 32. ed. São Paulo: Globo, 1994.
- BAQUERO, M. (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina. Cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Universidade, 2001b, p. 208.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, N. **Estado Governo e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DALLARI, D. de A. **Elementos de teoria geral do estado**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 108.
- FISCHER, R. M. ; FALCONER, A. P. Desafios da parceria governo e terceiro setor. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 12-19, jan./mar. 1998.
- GOZZI, G. Estado Contemporâneo. In: **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1991.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PUTMAN, R. D. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 p 260.
- SAES, D. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2003.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- TOURRAINE, A. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.
- BASTOS, C. R. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva 1997.
- BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 2. ed. aum. e rev. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- CENEVIVA, W. **Direito constitucional brasileiro**. 2. ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 1991.
- CRETILLA JÚNIOR, J. **Elementos de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de direito constitucional**. 18. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1990.
- MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MONTORO, A. F. **Introdução à ciência do direito**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. I e II.
- SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- TEMER, M. **Elementos de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- DALLARI, D. de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- GUSMÃO, P. D. de. **Introdução à Ciência do Direito**. Rio-São Paulo: Forense, 2002.
- GORDILLO, A. **Princípios gerais de Direito público**. São Paulo: RT, 1997.
- NADER, P. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Forense, 2000.
- REALE, M. **Lições preliminares do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- ELLIOT, K. A (Org.). **A corrupção e a economia mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO – I ENCONTRO DE REPRESENTANTES SETORIAIS DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, 2001, Brasília. **Anais do Seminário**, Brasília: CEP/PR, 2001.
- FLEISCHER, D. Financiamento de campanhas políticas. In: PEDONE, Luiz (Ed.). **Sistemas eleitorais e processos políticos comparados: a promessa de democracia na América Latina e Caribe**. Brasília: OAS/UnB/CNPq, 1993. p. 243-259.
- JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do Estado do Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Rio de Janeiro: EdUFF, 1999.
- SILVA, M.F. G. da. **A economia política da corrupção**. São Paulo: Transparência Brasil, 2001.
- ANDRADE, S. C-R. de. **Inclusão digital como ação facilitadora para o desenvolvimento de empresas de base industrial**. 2005. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação. Faculdade em Economia, Administração e Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação. Universidade de Brasília, Brasília, DF.

- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 318 p.
- CUNHA, M. C. **Arquivologia e arquivística: no currículo de biblioteconomia**. 1981. 308f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- FOGOLIN, D. F.; OLIVEIRA, M. R. de. Gestão de projetos em serviços de informação acadêmicos: experiências da UNESP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **ANAIS...** Recife: [s.n.], 2002.
- FONSECA, E. N. da. **Problemas brasileiros de documentação**. Brasília, DF: IBICT, 1988. 338 p.
- HABRAN, J. M. Sistema de recuperação documentária. In: ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECOLOGIA E INFORMÁTICA, 1., 1984, Brasília. **Revista da Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 13, n. 1, p. 67-71, 1995.
- INDOLFO, A. C. et al.. **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- JARDIM, J. M. **Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do Estado Brasileiro**. 1998. 302f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LOPASSO, E. F. Inventário dos acervos arquivísticos da administração indireta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1, 2002, São Paulo. **Anais...** [S. l.: s.n.], 2002, p. 237-239.
- MACHADO, E. de O.; PIEMONTE, L. A.; MACIEL, Márcia Fernandes. Gestão e dimensionamento do capital intelectual. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON KNOWLEDGE MANAGEMENT/DOCUMENTO MANAGEMENT, 2000, Curitiba. **Anais...** [S. l.: s.n.], 2000.
- MURAKAMI, A. M. B.. Documentação especial em arquivos públicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 5., 1982, Rio de Janeiro. **Resumos...** São Paulo: CENADEM, 1982.
- OBIRA, M. L. B.; MARTINEZ, P. A. Acessibilidade aos documentos nos arquivos públicos municipais do Estado de Santa Catarina – Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1, 2002, São Paulo. **Anais...** [S. l.: s.n.], 2002. p. 335-358.
- PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 225p.
- ROCHA, E. da C. Sistema de arquivo e controle de documentos do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10., 1994, São Paulo. **Anais...** Brasília, DF: IBICT, 1994. (Memória Técnica do IBICT, MT/878).
- RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 2).

- SANTOS, V. B. dos. **Gestão de documentos eletrônicos sob a ótica arquivística:** identificação das principais correntes teóricas, legislação e diagnóstico da situação nos arquivos públicos brasileiros. 2001. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, universidade de Brasília, DF.
- TORRES, A. B. **Portais corporativos como ferramentas de gestão do conhecimento:** desafios de uma instituição governamental. 2004. 224f. Dissertação (Mestrado) – FACE, Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília – DF, 05 de maio de 2000. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 27 mar. 2002.
- BURKHEAD, J. **Orçamento Público.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- CAMPELLO, C. A. G. B.; MATIAS, A. B. **Administração Financeira municipal.** São Paulo: Atlas, 2000.
- MACHADO JR., J.T.; REIS, H da C. **A lei 4320 comentada.** 33. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.
- OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o governo.** Brasília: MH Comunicação, 1994.
- PEREIRA, J. M. **Finanças Públicas:** a política orçamentária no Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- VILLAÇA, S. P. V.; CAMPOS, S. B.. **Elaboração do plano plurianual – Caderno 3.** IBAM: Rio de Janeiro, 2001.
- VAINER, A.; ALBUQUERQUE, J.; GARSON, S. **Manual de elaboração – O passo a passo da Elaboração do PPA para municípios.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: 2. ed., 2005. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 27 mar. 2005.
- VAINER, A.; ALBUQUERQUE, J.; GARSON, S. **Lei orçamentária anual – Manual de Elaboração.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: 2001. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 30 maio 2001.
- SANCHES, O. M. **Dicionário de orçamento e planejamento e áreas afins.** Brasília: Prisma, 1997.
- ANDRADE, N. de A. **Contabilidade pública na gestão municipal.** São Paulo: Atlas, 2002.
- CAMPELLO, C. A. G. B.; MATIAS, A. B. **Administração financeira municipal.** São Paulo: Atlas, 2000.
- CRUZ, F. da; VICCARI JR, A.; GLOCK, J. O.; HERZMANN, N.; TREMEL, R. **Lei de responsabilidade fiscal comentada.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIACOMINI, J. **Orçamento público.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIMA, D. Vaz; CASTRO, R. G.. **Contabilidade pública:** integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). São Paulo: Atlas, 2000.

- MACHADO JR., J. T.; REIS, H. da C. **A lei 4320/64 comentada**. 30. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.
- NASCIMENTO, C. V. do; MARTINS, I. G. da S. **Comentários à lei de responsabilidade fiscal**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- PEREIRA, J. M. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. São Paulo: 2. ed. Atlas, 2003.
- REZENDE, F. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- SANCHES, O. M. **Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins**. 1. ed, São Paulo: Prisma, 1997.
- SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública: Um enfoque na contabilidade municipal**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BAER, W. (1996). **A economia brasileira**. São Paulo. Nobel.
- FURTADO, C. (1989). **Formação Econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo, Nacional.
- LAFER, B. M. C. (1984). **Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**, Rio de Janeiro: Zahar.
- VERSIANI, F. R.; V. M. T. **A experiência da Industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1978.
- ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: **Cassiolato, J.E.; Lastres, H. M. M. Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais do Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CATTANI, A. (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DRUCKER, P. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- GASPARINI, G. Tempo e Trabalho no Ocidente. In: CHANLAT, J. F. (coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. v. 3 São Paulo: Atlas, 1996.
- HARMAN, W.; HORMANN, J. **O trabalho criativo**. São Paulo: Cultrix, 1995.
- HASHIMOTO, M. **A Economia do Conhecimento**. Disponível em: <http://groups.msn.com/marcoshasimoto/aeconomiadoconhecimento.msnw>.
- KLEIN, D. A. **A gestão estratégica do capital intelectual: recursos para a economia baseado em conhecimento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.
- LÉVY, P.; AUTHIER, M. **As árvores de conhecimentos**. São Paulo: Escuta, 2000.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- LUNDEVALL, B. Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado. **Parcerias Estratégicas**, n. 10, p. 200-218, 2001.
- MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, [s. d.]
- MURTEIRA, M. **Economia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Quimera, 2004, 160p.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- REIS VELOSO, J. P. dos (coord.). **O Brasil e a Economia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: J. Olympio. 2002, 572p.
- REIS VELOSO, J. P. dos (coord.). **Economia do Conhecimento, crescimento e inclusão social**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2004.
- RODRIGUEZ, M. V.; FERRANTE, A. J. Tecnologia da informação e mudança organizacional. Rio de Janeiro: Infobook, 1995.
- SENGE, P. M. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem**. São Paulo: Best Seller, 1995.
- SILVA, R.V.; NEVES, A. **Gestão de Empresas na Era do Conhecimento**. Portugal: Silabo, 2003.
- STEWART, T. **Capital Intelectual**. Rio de Janeiro: Campus. 1998.
- ANDRADE, N. de A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.
- BARCELOS, C. L. K; SOBRAL, Y. D.; LUSTOSA, P. R. B. Orçamento público gerencial e mensuração do valor agregado: uma abordagem da teoria da gestão econômica. **Anais do 5o. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: FEA, 10 e 11 de outubro de 2005.
- BRASIL. **Lei 4.320 de 17 de março de 1964**. Estatuto normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
- BRASIL. **Lei 9.755, de 16 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei Complementar No. 101, de 04 de maio de 2001** (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providencias.
- CRUZ, F. da; GLOCK, J. O. **Lei de responsabilidade fiscal comentada: Lei complementar No. 101, de 04 de maio de 2000**, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MELLO, G. R., SLOMSKI, V. Estudo dos reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos estados brasileiros. **Anais do 5o. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: FEA, 10 e 11 de outubro de 2005.
- NAKAGAWA, M. **Introdução à controladoria**. São Paulo: Atlas, 1995.
- OLIVEIRA, L. M. de. **Controladoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Futura, 1998.
- SALES, S. D.; SANTOS, L. P. G.; FREITAS, S. C.; SILVA NETO, A. N. O papel do sistema de apuração de custos para as instituições federais de ensino superior IFES, a experiência da UFBA. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Custos**, São Paulo: FEA-USP, 1999.
- SLOMSKI, V. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.
- WIEMER, A. P. M.; RIBEIRO, D. C. Custos no serviço público. **Anais do 4o. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: FEA, 7 e 8 de outubro de 2004.
- BETHLEM, A. **Estratégica empresarial: conceitos, processo e administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1988.
- MINTZBERG, H; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

- MOTTA, P. R. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- NADLER, D.; GERSTEIN, M.; SHAW, R. **Arquitetura organizacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- VASCONCELOS, F.; VASCONCELOS, I. (orgs). **Paradoxos organizações: uma visão transformacional**. São Paulo: Thomson, 2004.
- WHITTINGTON, R. **O que é estratégia**. São Paulo: Thomson, 2001.
- ANGELONI, M.T. (Org). **Organizações do Conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CASSARRO, A. C. **Sistemas de Informações para a tomada de decisões**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- DRUCKER, P. **A próxima sociedade e o Management**. São Paulo: Pioneira, 2003.
- FRANCO, C. F. **E-Business: Tecnologia da Informação e Negócios na Internet**. São Paulo: Atlas, 2001.
- LAUDON, K.C.; LAUDON, J.P. **Sistemas de Informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- O'BRIEN, J. **Sistemas de Informação e as decisões Gerenciais na era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. **Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial**. São Paulo: LTC, 2002.
- MEYER, M. et al. **Nosso futuro e o computador**. São Paulo: Bookman, 2000.
- SLEIGHT, S. **Como usar a Tecnologia da Informação**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- TAKAHASHI T. (Org). **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. São Paulo: Atlas, 2000.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- KETS DE VRIES, M. **Liderança na empresa**. São Paulo, Atlas, 1998.
- MOURÃO, L.; BORGES-ANDRADE, J. Significado do trabalho - caminhos percorridos e sinalização de tendências. **Revista de Estudos Organizacionais**, v. 2, n. 2, p. 59-75, 2001.
- SEHNEN, R. et al. **Recortes da História de uma Universidade pública**. Maringá: EDUEM, 2001.
- ABRÚCIO, F. L.; LOUREIRO, M.R. **O Estado numa era de reformas: os anos FHC**. Partes 1 e 2. Brasília: Ministério do Planejamento, Secretaria de Gestão, 2002.
- ABRÚCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo da experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**. Brasília, v. 10, n. 2, 1997.
- CAVALCANTI, B.S. **O gerente equalizador: estratégias de gestão no setor público**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- TORRES, M. D. F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

- CRUZ Jr., J. B. da. Organizações e administração de entidades públicas: aspectos políticos, econômicos e sociais de um paradigma emergente. **Revista de Administração Pública**, v. 22, n. 3, p. 3-21, jul./set. 1988.
- DRUCKER, P. F. **Sociedade pós capitalista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.
- FERKISS, V. **O homem tecnológico: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FORTUNE REVIEW. **Intellectual Capital**, n. 3, p. 28-33, October, 1994.
- GEORGE, P. **Sociedade em mudança: introdução a uma geografia social do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HARMAN, W.; HORMANN, J. **O trabalho criativo: o papel construtivo dos negócios em uma sociedade em transformação**. São Paulo: Cultrix, 1992.
- LANDES, D. S. **Prometeu desacorrentado: transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações**. São Paulo: Atlas, 1995.
- NEVIS, E. et al. Understanding Organizations as Learning Systems. **Sloan Management Review**, winter, 1995.
- NONAKA, I. A dynamic theory of organizational knowledge creation. **Organization Science**, v. 5, n. 1, february 1994.
- NONAKA, I. **The knowledge-creating company**. Harvard Business Review, nov./dec. 1991.
- OHMAE, K. **Mundo sem fronteiras**. São Paulo, Makron Books, 1991.
- PINCHOT, E. **O poder das pessoas: como usar a inteligência de todos dentro da empresa para conquista de mercado**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SENGE, P. **A quinta disciplina**. Rio de Janeiro: Best Seller, 1995.
- TOFFLER, A. **Powershift: knowledge, wealth and violence at the edge of 21 st century**, New York: Bantam Books, 1990.
- ABNT: Associação Brasileira de Norma técnicas. NBR ISO 14000,1996.
- ALMEIDA, J. R. de et al. **Planejamento ambiental: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum, um desafio**. Rio de Janeiro: Thex, 1999.
- ANDRADE, R. O. B. de; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. de. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.
- CONSTANTINOV, G. N. **Biossegurança & patrimônio genético**. Curitiba: Juruá, 2007.
- D'AVIGNON, A. **Normas Ambientais ISO 14000: Como Podem Influenciar sua Empresa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1996.
- MOURA, L. A. A. de. **Economia ambiental: gestão de custos e investimentos**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, Fundap. 1993.

- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.
- TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e terceiro setor**: criação de ONGs e estratégias de atuação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- Mello, L. I. A. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
- Silva, G. do C. **Conjuntura política nacional**: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. (especialmente 2a parte: Geopolítica e geoestratégia, p. 139-154).
- COBRA, M. **Marketing básico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- CHURCHIL, G. **Marketing**. Criando valor para os clientes São Paulo: Saraiva, 2005.
- DIAS, S. R. (coord.). **Gestão de Marketing**: professores FGV e convidados. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- KOTLER, P. **Administração de Marketing**: a edição do novo milênio São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- LAS CASAS, A. L. **Marketing**. São Paulo: Atlas, 1991.
- RIES, A. **As 22 consagradas leis do marketing**. São Paulo: Makron, 1993.
- ARNOLD, J. R. T. **Administração de materiais**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.
- DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: resumo de teoria, questões de revisão, exercícios. São Paulo: Atlas, 1995.
- DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
- DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 1996.
- DIAS, M. A. P. **Gerência de materiais**: um modelo para situações de crise e incerteza. São Paulo: Atlas, 1996.
- MESSIAS, S. B. **Manual de administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1989.
- VIANA, J. J. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.
- ASHLEY, P. A. (coord.) **Ética e Responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MATTAR NETO, J. A. **Filosofia e Ética na Administração**. São Paulo: Saraiva, 2004
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <[http:// www.Ethos.org.br](http://www.Ethos.org.br)>.
- PIRES. M. P. **Ética da necessidade**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa amostragem de domicílios - PNADS**. 2013.
- BUENO, L. M. M. Inovações para a concretização dos direitos à cidade: limites e possibilidades da lei e da gestão. In: BUENO, L. M. M.; CYMBALISTA, R. (orgs). **Planos Diretores Municipais**: Novos conceitos de planejamento territorial. São Paulo: Annablume, 2007, p. 11-24.
- CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Ed. USP, 1994.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná. 2006.
- CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT). Disponível em: <www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/03/consolidacao-das-leis-do-trabalho-clt>. Acesso em: 30 set. 2013.
- PARANA. **Constituição do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- PARANÁ. **Estatuto do Servidor Público**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- PEIXE, B. C. S. et al. (Org). **Formulação e Gestão de Políticas Públicas no Paraná: reflexões, experiências e contribuições**. Vol. 1 e 2. Curitiba: Imprensa Universitária da UFPR, 2010.
- PEIXE, B. C. S. et al. (Org.). **Gestão de Políticas públicas no Paraná: coletânea de estudos**. Vol. 01. Curitiba: Progressiva, 2008.
- PEIXE, B. C. S et. al. (Org). **Políticas Públicas no Estado do Paraná: Resumos de propostas e projetos**. Vol. 01. Curitiba: Progressiva, 2008.
- PEIXE, B. C. S et. al. (Org). **Políticas Públicas no Estado do Paraná: Resumos de propostas e projetos**. Vol 01. Cascavel: Edunioeste, 2010.
- FACHADA, P. Inflation Targeting in Brazil: Reviewing Two Years of Monetary Policy 1999/00. **Working Paper Series 25**, Banco Central do Brasil, ago. 2001.
- GIAMBIAGI, F. **Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso - 1995/2002**. Textos para Discussão 93, BNDES, abril 2002.
- GIAMBIAGI, F. A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público? **Planejamento e políticas públicas**, ppp, n. 27 | jun./dez. 2004.
- GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B. de; HERMANN, J. São Paulo: Elsevier, 296p.
- GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B. de; HERMANN, J. (Org.). **Economia brasileira contemporânea (1945/2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- LEITÃO, M. **A Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda**. São Paulo: Record, 2011.
- OLIVEIRA, G.; TUROLLA, F. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 195-217, nov. 2003.
- OREIRO, J. L.; DEZORDI, L. L. Uma avaliação da política macroeconômica do Governo Lula I. **Economia & Tecnologia**, v. 7, p. 17-30, out./dez. 2006.
- ROSSETTI, J. P. **Política e programação econômicas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- WERNECK, R. L. F. **A deterioração do regime fiscal no segundo mandato de Lula e seus desdobramentos**. Texto para Discussão 587. Outubro 2010
- WERNECK, R. L. F. Lei Na 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui a modalidade pregão para licitações. Diário oficial [da] República
- WERNECK, R. L. F. **Licitação e contrato administrativo**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos na administração pública.

CRETELLA JUNIOR, J. **Das licitações públicas**. São Paulo: Forense Universitária, 2001.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Deficiência Auditiva**. Brasília: SEESP, 1997.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FERNANDES, S. É possível ser surdo em Português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação. In: SKILAR, Carlos (org.) Educação e exclusão: Abordagens Sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

GESUELI, Z. M. A criança surda e o conhecimento construído na interlocução em língua de sinais. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MOURA, M. C. de. **O surdo**: Caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua Brasileira de Sinais**: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, O. **Vendo vozes**: Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRASIL. **DECRETO N 70.274, de 9 de março de 1972**. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil>.

BRASIL. **Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971**. Presidência da República. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil>.

BRITO, J.; NENA, F. **Estratégia para eventos**: uma ótica do marketing e do turismo. São Paulo: Aleph, 2002.

FREITAS, M. I. T. de. **Cerimonial e Etiqueta**: ritual das recepções. Belo Horizonte: UNA Editoria, 2002.

LUZ, O. R. **Cerimonial, protocolo e etiqueta**: introdução ao cerimonial do Mercosul: Argentina e Brasil. São Paulo: Saraiva. 2005.

MARTIN, Vanessa. Manual prático de eventos. São Paulo: Atlas, 2003.

WATT, D. C. **Gestão de Eventos em Lazer e Turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

E) RECURSOS DE LABORATÓRIOS:

1- Recursos existentes de laboratório: (descrever os recursos de laboratório existentes e disponíveis para o curso);

2- Recursos necessários de laboratório: (descrever os recursos de laboratório necessários à aquisição para o funcionamento do curso).

F) OUTROS RECURSOS NECESSÁRIOS.

À PROGRAD

Atendidas as alterações solicitadas.

Atenciosamente,

Cascavel, 06 de dezembro de 2018.